

ATA DA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – RNCP

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
09/09/2021	10:00	11:20	Videoconferência – Microsoft Teams

2. Participantes

A reunião foi realizada por videoconferência.

12 participantes, assim arrolados:

UNIÃO

- EXECUTIVO: CRISTIANO HECKERT - SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- JUDICIÁRIO: VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO – SECRETÁRIO GERAL DO CNJ

ESTADOS

- FABRÍCIO MARQUES SANTOS - PRESIDENTE DO CONSAD E SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

MUNICÍPIOS

- MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN - CONSULTOR CNM

- WEDERSON ADVINVULA SIQUEIRA - CONSULTOR JURÍDICO AMM/MG

EQUIPE DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- RENATO FENILI – SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO

- EDERCIO MARQUES BENTO – COORDENADOR-GERAL DA CGSES

- EVERTON BATISTA DOS SANTOS – DIRETOR DO DELOG/SEGES

- ANDREA ACHE – COORDENADORA-GERAL DE NORMAS

- VANESSA VENTURA – COORDENADORA

- THIAGO BAERE – SERPRO

- MAGNUM OLIVEIRA – SERPRO

3. Pauta (10h00-11h20):

Assunto:

- Agenda do Comitê Gestor e dos Elos da RNCP em 2021
- Funcionalidades do Portal
- Atendimento aos usuários do PNCP

4. Deliberações

Item	Descrição
	<p>1) Abertura</p> <p>O Secretário de Gestão, Cristiano Rocha Heckert, abriu a reunião contextualizando a publicação do decreto de indicação dos representantes do Comitê Gestor, assim declarou aberta a primeira reunião ordinária do Comitê. Agradeceu a presença dos participantes e fez a apresentação dos representantes indicados pela União, pelos Estados e pelos Municípios para comporem esse Comitê. Em seguida, justificou a ausência do Sr. Victor Amorim e passou a palavra para o novo representante do Judiciário o Sr. Valter Shuenquener para que fizesse suas considerações iniciais.</p> <p>2) Sr. Valter Shuenquener – Agradeceu a palavra e fez breve apresentação da sua experiência no judiciário. Expos suas expectativas sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas, reforçando a importância da composição plural do Comitê que irá permitir o avanço do tema no âmbito dos três poderes e também dos entes subnacionais, assim, será possível avaliar de que maneira as contratações podem ser publicizadas através do Portal.</p> <p>3) Sr. Cristiano Heckert – Apresentou o Sr. Renato Fenili, suplente no Conselho e os demais participantes, componentes da equipe da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia e do Serpro. Destacou que o Sr. Edercio Bento é o secretário do Comitê que fará a minuta da Ata e será encaminhada para contribuição de todos. Ressaltou que ele será o canal de comunicação para as pautas desenvolvidas no Comitê.</p> <p>3.1) Solicitou aos entes que indiquem seus suplentes, por meio de ofício, para que não ocorra falta de quórum nas reuniões.</p> <p>3.2) Apresentou a pauta da reunião sendo: - Repassar e validar a agenda de trabalho do Comitê para 2021; - Apresentação das funcionalidades do que está disponível e o <i>roadmap</i> para os próximos meses e como será construída as novas funcionalidades do portal segundo a Lei; - Suporte ao atendimento aos usuários do portal que é nacional e envolve fornecedores e servidores públicos de todas as esferas e entes, destacou a importância do atendimento e que ele seja feito de forma colaborativa. Franqueou a palavra aos participantes para considerações iniciais e a inclusão de novos temas na pauta da reunião.</p> <p>3.3) Não tendo indicação de novos temas na pauta, iniciou justificando a manutenção da reunião, que hora se realiza, na data combinada na última</p>

reunião, uma vez que, trata-se da primeira reunião ordinária oficial do Comitê. Assim, submeteu a proposta de agenda de quatro reuniões do Comitê Gestor até final de 2021. Destacou que no decreto de formalização do Comitê estão previstas, em caráter ordinário, reuniões bimestrais, mas considerando o momento inicial de construção a agenda sugere reuniões mensais nos primeiros meses. Apresentou as datas das reuniões ordinárias que acontecerão nos dias 09/09 e 09/11 e as extraordinárias 05/10 e 07/12 totalizando quatro reuniões do Comitê em 2021, sempre no horário de 10h às 12h. Solicitou que os participantes bloqueiem suas agendas e que previamente o link das reuniões serão enviados. O calendário foi aprovado por todos os participantes.

3.4) Ao apresentar a agenda dos elos, resgatou a proposta da última reunião de aplicar na Rede Nacional de Contratações Públicas a mesma sistemática, bem sucedida, da Rede Mais Brasil. Explanou que a Rede é coordenada pelo Secretaria de Gestão e que congrega todos os atores envolvidos nas transferências de recursos da União para estados, municípios e Organizações do terceiro setor. Desde de 2015 foram criadas as figuras dos Elos, cada elo representando estados, municípios, órgãos de controle e órgãos da União para dar a oportunidade às diversas esferas representadas pelos participantes do comitê. É certo que a Lei prevê de forma expressa a constituição do Comitê que tem legitimidade para tomar decisões, mas é saldável abrir o debate, ouvir e dar publicidade às as realizações do Comitê e ter a oportunidade da participação dos diversos órgãos dos poderes e das esferas. Foi reformulado a proposta de constituição dos elos apresentada na última reunião, porém as datas apresentadas ficaram mantidas. A proposta é criar cinco Elos da Rede sendo: Órgãos do Executivo Federais, Estados, Municípios, Legislativo e Judiciário. A proposta é de um encontro com cada Elo em 2021 e naturalmente no próximo ano terão outros encontros com formato aberto, virtual e com programação livre de forma que cada representante da respectiva esfera proponha a melhor forma de realizar os encontros e conduzir a programação. Exemplificou a sistemática usando o Elo Estadual em que os representantes Fabrício e Bruno para dar conhecimento aos estados o que está acontecendo no âmbito do Comitê e também ter um espaço para ouvi-los e colher impressões para subsidiar o trabalho do Comitê. Não tem formato fixo nem duração, podendo ser uma manhã, ou ser transformado em seminário ou eventualmente aproveitar encontros já programados.

3.5) O Secretário de Gestão abriu a palavra para sugestões e comentários para as propostas: 1 – Criação de Elos como instância opinativa e não deliberativa de escuta e ampliação da interlocução; 2 – Concordância das datas 3 – Os representantes de cada esfera seriam responsáveis, com o apoio da secretaria do Comitê, para montar a pauta e conduzir os trabalhos.

3.6) Os partícipes assim se manifestaram, em síntese:

Mártin: *Deu as boas-vindas ao Sr. Valter Shuenquener e colocou duas questões: 1 – relatou conflito de agendas nas quartas-feiras pela manhã mas que não vê problema considerando a atuação dos suplentes. 2 - Em relação aos Elos, sugeriu a criação do Elo fornecedores e provedores de informações para o portal uma vez que podem dar imputes interessantes.*

Renato: *Contribuiu sugerindo que exista sobreposição ente os Elos, especialmente o Legislativo e o Judiciário ao fazerem compras estão contemplados nos Elos estaduais e municipais, existindo assim a participação do mesmo público em mais de uma reunião.*

Cristiano: Solicitou a opinião dos representantes dos municípios e estados nos casos de convocação para os estados e municípios questionando se as convocações alcançariam o legislativo e judiciário local ou seria melhor deixá-los juntos no mesmo Elo.

Fabrício: Concordou que se mantenha a proposta apresentada.

Mártin: Questionou que nos municípios não há judiciário, diferente do que acontece nos estados. Nos municípios o legislativo e executivo, para efeito das contratações públicas, agem mais próximo, assim não haveria a necessidade de fazer a separação. Sugeriu, no caso dos municípios, fazer um elo dos entes federados e não a separação dos poderes.

Renato: Concordou com o Mártin no sentido de unir os entes da federação uma vez que o legislativo não está no papel de regulamentador, o legislativo estará na função atípica de comprador tendo o mesmo papel dos órgãos municipais mantendo as devidas equiparações. Reafirmou que o mais adequado é ter o elo por ente da federação, mas não há óbice e pode ser surpreendido com discursões específicas.

Fabrício: Informou que os poderes se organizam mais do que o executivo, como exemplo citou o Conselho dos Tribunais de Contas, o Conselho dos Tribunais de Justiça dos estados, porém entende que para convocar fica mais fácil.

Valter: Informou que no âmbito do Judiciário o CNJ tem maior facilidade em convocar os tribunais do que os órgãos do executivo. Entende que no primeiro momento fazer as reuniões considerando os poderes separadamente acredita ser mais proveitoso e que haverá o sombreamento mesmo se mudar o formato porque existirão outros sombreamentos até pelo hábito do judiciário resolver suas questões no âmbito do judiciário e o executivo no executivo e com o legislativo.

Cristiano: Concluiu então que os Elos da Redes ficaram da seguinte forma: Elo Municipal Executivo e Legislativo, Elo Legislativo e Tribunal de Contas Federal e Estadual, Elo Judiciário e Ministério Público Federal e Estadual, Elo Executivo Federal e Estadual. Avaliou que isso pode ser alterado para o próximo ano, a proposta é dar encaminhamento para o início dos seminários.

Wederson: Sugeriu que seja acrescentada, em dezembro, reunião com o Elo fornecedores.

Cristiano: Concordou em fazer a inclusão da nova data com o Elo fornecedores. Reforçou que as datas são flexíveis e que os representantes podem ajustar com datas de eventos dos entes interagindo com a secretaria do Comitê.

4) Cristiano - seguindo a pauta proposta, discorreu sobre o segundo tema:

(i) O Art. 174 da Lei cria e traz as definições das informações que devem conter no portal;

(ii) Desde de a indicação dos representantes dos entes e entidades para os integrantes do comitê, a SEGES deixou claro que dada a urgência que todo o Brasil clamava por ter o portal não fazia sentido esperar ter a nomeação oficial do comitê para começar a discutir a construção do portal;

(iii) Sempre procurando deixar todos pautados do que estava sendo feito, os trabalhos de especificação técnica foram adiantados e construídos por consultores contratados pela Escola Nacional de Administração Pública a partir de recurso do Ministério da Economia descentralizados em 2020.

(iv) Ao perceber que o portal estava confirmado na Lei e com o intuito de ganhar celeridade, o Serpro foi contratado para começar o desenvolvimento do portal.

(v) O BID, que tem parceria histórica com o Governo Federal e também com os Governos Estaduais por meio do CONSAD, aportou recursos para o desenvolvimento do portal.

(vi) Com a participação de todos, tanto na homologação das funcionalidades quanto no seminário de lançamento no dia 9 de agosto, colocou-se no ar a primeira versão do portal que contempla 3 funcionalidades que estão nos quadrinhos verdes do slide 3 da apresentação.

(vi) A primeira preocupação foi cumprir a condição da Lei de disponibilizar no portal espaço para que todos os sistemas públicos e privados existentes no Brasil, onde são operadas as licitações, enviassem as suas informações e o portal disponibilizasse enquanto instrumento de transparência, editais, atas de registro de preço e os contratos;

(vii) A equipe técnica está diariamente acompanhando o crescimento do volume de dados com as informações dos sistemas por meio dos quais a administração pública opera as contratações;

(viii) Considerando que Lei exige mais informações, o desafio é desenvolver um conjunto de funcionalidades que estão nos quadros azuis do slide 3 da apresentação. É uma construção coletiva de todos e que será deliberado no Comitê.

(ix) O Serpro, provedor de TI de todos os sistemas estruturantes do Governo Federal, está apoiando no desenvolvimento do portal. Considerando que essa não é uma parceria limitada, o Comitê poderá buscar outros fornecedores para somar esforços ao Serpro na evoluir a entrega desse conjunto de funcionalidades o quanto antes;

(x) A Lei prevê que o portal vai além de simples instrumento de transparência e de acesso à informação, ele passa a ser o local onde uma série de funcionalidades vão ser operadas e isso será construído conjuntamente;

5) Cristiano - passou a palavra para o Baere, gerente de projetos do Serpro, mostrar o que está no portal e o que está no *roadmap* e que deverá ser lançado em 2021. Adiantou que na sequência será discutido de que forma, ritmo em que ordem serão conduzidas as próximas funcionalidades que serão apresentadas.

6) Baere - se apresentou como representante do Serpro na gestão de projeto do Compras e que foi agredado ao PNCP. Seguiu com a apresentação:

(i) Esclareceu como se dá o processo de desenvolvimento para novos projetos e que o PNCP teve validação da ENCLA e de outros portais;

(ii) Disse que existem novas *sprints* até o final de 2021, sendo a primeira em outubro. Nesta entrega será disponibilizado histórico de Editais, Atas e Contratos bem como o link das compras a serem realizadas.

(iii) A entrega 3 está na fase de planejamento que remeta as exigências da Lei. Será incluído a adição do plano de contratação anual com a lista de item e valores com instrumento de busca e o envio do arquivo do plano. Também será disponibilizado o número do CIPI – Cadastro Integrado de Projetos de Investimentos para localizar os investimentos por geolocalização.

(iv) Apresentou no slide 7, da apresentação, as exigências da Lei separados em blocos por tipo de funcionalidade. Assim encerrou sua apresentação.

7) O Secretário de Gestão abriu a palavra deixando claro que a esteira de desenvolvimento sempre deve estar alimentada e deliberou ao Comitê a aprovação das entregas conforme apresentadas.

8) Mártin - ponderou que as discussões anteriores eram mais importantes em que o Comitê precisava de algo para iniciar com a parte da publicização e mostrou que o trabalho agora é mais técnico considerando o inciso II do Art. 174.

9) Valter e Wederson - concordaram com Mártin e acrescentaram que aos poucos o sistema será aprimorado.

10) Cristiano - sintetizou os pontos relativos as implantações e deliberou com a anuência de todos.

11) Passando para o último item da pauta, o Secretário de Gestão introduziu o assunto e deixou claro que não tem a intenção de deliberar sobre o mesmo. Assim esclareceu que:

(i) O trabalho tem sido capitaneado pela SEGES juntamente com o Serpro, parceiro tecnológico, com o intuito de colocar o portal operacional.

(ii) Externou preocupação pelo crescimento exponencial do portal considerando que a Lei é nacional e que os fornecedores de sistemas estão integrando-se ao portal para publicar suas informações. Em consequência disso haverá aumento de usuários e agentes públicos consumindo informações do portal como instrumento de trabalho.

(iii) Também serão agrados os fornecedores em geral da administração pública que têm grande expectativa com o registro cadastral unificado e com todas as outras funcionalidades que o portal disponibilizará. Assim, é necessário, como Comitê, pensar em formas de escalonar gradativamente a estrutura de sustentação e suporte ao portal;

(iv) Informou que atualmente os recursos, financeiros, técnicos e humanos utilizados para a sustentação e suporte são exclusivamente da SEGES e que a equipe que realiza os atendimentos aos usuários, referentes ao portal, são realizados pela Central de Atendimento capitaneada pela equipe do Edercio.

(v) Esclareceu que a equipe disponível na Central de Atendimento está adequada para o volume de atendimentos referentes ao sistema de compras do Governo Federal e que também está realizando atendimentos sobre o portal.

(vi) Finalizou sintetizando o assunto esclarecendo que não há a urgência de deliberação do Comitê mas gostaria de deixar o tema como reflexão para possível escalonamento, de forma colegiada, para futuro contanto com o apoio dos diversos entes e esferas que integram o Comitê.

12) Valter – expressou sua preocupação sobre o tema compartilhando experiência do CNJ sobre a digitalização de processos e disponibilização na nuvem de computadores. Questionou se os custos com recursos humanos, armazenamento de dados, contratação de serviços de prevenção de ataques cibernéticos serão rateados considerando que o portal é nacional. Assim, entende que o ônus seja dividido por todos os participantes.

13) Wederson - concordou com o Sr. Valter e lembrou que a Lei exige a publicação de toda documentação da fase interna da contratação e indagou se a estrutura tecnológica tem capacidade para suportar toda essa informação.

14) Edercio - Sugeriu que a disseminação das informações seja feita começando pela CNM considerando o tamanho do público municipal e na sequência com os Estados e assim sucessivamente. O Ministério da Economia será o provedor das informações e utilizará os canais de comunicação de cada ente do Comitê.

15) Cristiano - sintetizou a proposta afirmando que se trata de esforço ativo de capacitação utilizando os canais existentes para que a informação chegue até o usuário e assim reduza o volume de chamados na Central de Atendimento.

--	--

	<p>3) Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Criar 6 Elos na forma deliberada;- Realização de seminários virtuais com os Elos em 2021;
--	--

	<p>4) Encerramento:</p> <p>Cristiano encerrou a reunião justificando a ausência do Sr. Bruno e ratificou a data da próxima reunião extraordinária do Comitê agendada para o dia 05 de outubro.</p>
--	---